ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSAO - TO.

PROJETO DE LEI No 069/96, de 04 de setembro de 1996

CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL

Câmara Municipal
Lagoa da Confusão
APROVADO
EM 12 / 11 / 96
(5x0) 2ª VOTAÇÃO
Ass. Recepção

Câmara Municipal
Lagoa da Confusão
APROVADO
EM 12 / 11 / 96
(7x0) 1º VOTAÇÃO
Ass. Recepção

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSAO - TO.

PROJETO DE LEI Nº 069 /96, de 04 de setembro de 1996

APROVA O CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL

A CAMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSAO - TO., aprovou e eu, Interventora Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica, por esta Lei, aprovado o Código Tributário do Município de Lagoa da Confusão - To., para regular as relações entre a Fazenda Municipal e os Contribuintes.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito para a partir de 1º de janeiro de 1997, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete da Interventora Municipal de Lagoa da Confusão - TO, aos 04 dias do mês de setembro de 1996

Interventora Municipal
Patricia Rodrigues do Amaral 2º Ten. PM
Interventora Municipal

Secretário
Sec. Mun. de Adm. e Finanças

Câmara Municipal
Lagoa da Confusão
APROVADO
EM 18 / 11 / 96
1º VOTAÇÃO
Ass. Recepção

CODIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL

Art. 1º - Aplicam-se às relações entre a Fazenda Municipal e os Contribuintes, as Normas Gerais do Direito Tributário, constantes do Código Nacional e da Legislação posterior que o modifique.

Art. 2º - O Sistema Tributário do Município compõe-se dos seguintes Tributos:

I - IMPOSTOS

a) - Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
b) - Transmissão "Inter Vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como sessão de direitos a sua aquisição;
c) - Sobre Serviços de Qualquer Natureza, não compreendidos no Art. 155, II, da Constituição Federal e definidos em Lei Complementar Federal.

II - TAXAS

- Exercício do poder de Polícia:

a) - Localização e funcionamento em estabelecimentos industriais e de Prestação de Serviços;
b) - Funcionamento de Estabelecimentos em Horário Especial;
c) - Exercício de Comércio, Atividade Eventual e Ambulantes;
d) - Publicidade;
e) - Abate de Gado.

- Decorrentes da utilização efetiva de serviços públicos, específicos e divisíveis, ou da simples disponibilidade desses serviços, pelo contribuinte:

a) - Limpeza Pública;
b) - Pavimentação e colocação de Guias e Sargetas;
c) - Iluminação Pública;
d) - Conservação de Estradas;
e) - Expediente e Serviços Diversos.

III - CONTRIBUIÇAO DE MELHORIA

Art. 3º - Para quaisquer outros serviços cuja a natureza não comporte a cobrança de Taxas, serão estabelecidas, pelo Executivo, preços não submetidos à disciplina jurídica dos Tributos, Via Decreto, com uniformidade para todos.

CAPITULO I
DOS IMPOSTOS

Do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana

Art. 4º - O Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana tem como fato gerador a propriedade, domínio útil e a posse de terreno localizado na zona urbana do Município, definida no Artigo 12 desta Lei.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste Imposto, consideram-se terreno e solo sem benfeitoria ou edificação, assim entendido também o terreno que contenha:

I - Construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;
II - Construção em andamento ou paralizada;
III - Construção em ruínas, em demolição, condenada ou interditada.

Art. 5º - A base de cálculo do Imposto Territorial Urbano é o valor venal do terreno, apurado e atualizado pelo Executivo, anualmente, em função da Planta de Valores de terrenos considerados os seguintes elementos:

I - Declaração de contribuinte, se exata e aceita pelo Orgão competente da Prefeitura;
II - Localização e características do terreno;
III - Existência de equipamentos e serviços (água, esgoto, iluminação pública, pavimentação, limpeza pública, etc.);
IV - Preços correntes de terrenos, estabelecidos em transações realizadas nas proximidades do terreno, considerado para lançamento;
V - Outros elementos informativos obtidos pelo Orgão competente da Prefeitura e que possam ser técnicamente admitidos.

Art. 6º - O Imposto Territorial Urbano incidirá sobre o valor venal do terreno, à razão das alíquotas seguintes:

I - 3% (três por cento) sobre o valor venal do terreno não edificado.

Parágrafo Primeiro - O Imposto Territorial Urbano incide nos terrenos não edificados e situados nas áreas urbanas e de expansão definidas neste Código.

Art. 7º - Contribuinte do Imposto é o Proprietário, o Titular do domínio útil ou o Possuidor a qualquer título.

Parágrafo Primeiro - Além do contribuinte, respondem solidariamente, os responsáveis definidos no Artigo 13 desta Lei.

Parágrafo Segundo - O imposto não é devido pelos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de terreno que, mesmo localizado na zona urbana, seja utilizado, comprovadamente, em exploração extrativa vegetal agrícola, pecuária ou agropastoril, pois nestes casos é devido o Imposto Territorial Rural, da competência da União.

CAPITULO II
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL

Art. 8º - O imposto sobre a Propriedade Predial tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil, ou a posse de imóvel construído e localizado na zona urbana, definida no Art. 12, observando-se o disposto no Art. 4º, Parágrafo Único, Incisos I a III.

Parágrafo Único - Para efeitos deste Imposto, considera-se imóvel o terreno com as respectivas construções ou edificações permanentes que sirvam para habitação, uso, recreio ou para o exercício de quaisquer atividades, seja qual for a sua forma, ou destino aparente ou declarado.

Art. 9º - A base de cálculo do Imposto Predial é o valor venal do imóvel, apurado e atualizado por Decreto do Executivo, anualmente, em função da Planta de Valores de terrenos conforme disposições do Art. 5º, Incisos I a V e da Tabela de Avaliação de Edificações, considerando os elementos seguintes:

I - Localização;
II - Area construída, sua finalidade;
III - Tipo de edificação e sua finalidade;
IV - Padrão de construção e estado de conservação;
V - Preços correntes estabelecidos em transações realizadas;

Parágrafo Único - Para a apuração do valor venal do imóvel não serão considerados os bens mantidos, em carater permanente ou temporário no imóvel, para efeito de sua utilização, embelezamento ou comodidade.

Art. 10 - O Imposto incidirá sobre o valor venal do imóvel, considerando os valores do terreno e de edificação, a razão das alíquotas seguintes:

I - 2% (dois por cento) sobre o valor venal do imóvel edificado.

Art. 11 - Contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo Primeiro - Além do contribuinte, respondem solidariamente os responsáveis definidos no Artigo 13 desta Lei.

Parágrafo Segundo - Aplicam-se ao Imposto Predial as disposições do Art. 7º, parágrafo segundo.

Parágrafo Terceiro - O Imposto também é devido pelo proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de imóvel construido que mesmo localizado fora da zona urbana, seja utilizado como sítio de recreio, como tal considerado quando:

I - Sua produção não seja comercializada;
II - Sua área não seja superior a área do módulo, nos termos da legislação agrária aplicável, para exploração não definida da zona típica em que estiver localizado;
III - Tenha edificação e seu uso seja reconhecido para a destinação de que trata este parágrafo.

CAPITULO III
DISPOSIÇOES COMUNS AOS IMPOSTOS IMOBILIARIOS
SEÇAO I
DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 12 - A zona urbana, para efeitos de Imposto Imobiliário, é aquela fixada por Lei, em que existam pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, construidos ou mantidos pelo Poder Público:

I - Meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
II - Abastecimento d´água;
III - Sistema de esgotos sanitários;
IV - Rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
V - Escola Primária, ou posto de saúde a uma distância máxima de (03) três quilometros do imóvel considerado para lançamento do Tributo;
VI - Núcleo de povoamento acima de 50 residências;
VII - Area aprovadas como Loteamento Urbano e definidos por Lei.

Parágrafo Primeiro - São consideradas zonas urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, de acordo com loteamento aprovado pelos Orgãos competentes. destinados à habitação, ao comércio ou à industria, mesmo que localizadas fora das zonas definidas nos termos deste Artigo.

Parágrafo Segundo - Para todos os efeitos legais, considera-se o fato gerador, em 1º de janeiro de cada ano.

Art. 13 - O Imposto constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transferência de propriedade de direitos reais a ele relativos, estabelecendo-se a responsabilidade do adquirente, do espólio, do sucessor a qualquer título e do conjuge meeiro, e de pessoa jurídica de direito privado que resultar a fusão, transformação ou

incorporação, pelos impostos que gravar o imóvel em questão.

SEÇAO II
DO CADASTRO IMOBILIARIO FISCAL

Art. 14 - A inscrição no Cadastro Imobiliário Fiscal é obrigatório e será promovido pelo contribuinte ou responsável, devendo ser requerido, separadamente, para cada imóvel nas condições previstas neste Artigo, de que seja proprietário, titular do domínio ou possuidor a qualquer título, mesmo que seja beneficiados por imunidade constitucional ou isenção fiscal.

Parágrafo Primeiro - A inscrição relativa a imóvel territorial será requerido separadamente, para cada terreno, inclusive os que venham surgir por desmembramento ou remembramento dos atuais.

Parágrafo Segundo - A inscrição relativa a imóvel predial será requerida com a apresentação de Planta ou desenho:"

I - As glebas sem qualquer melhoramento, que só poderão ser utilizadas após a realização de obras de urbanização;
II - As quadras indivisas das áreas arruadas;
III - O lote isolado.

Art. 15 - O contribuinte é obrigado a requerer a inscrição em formulário especial, sob sua responsabilidade, no qual declarará as informações especificadas no Art. 16, dentro do prazo de (30) trinta dias, contados de:

I - Convocação que eventualmente seja feita pelo Orgão competente da Prefeitura;
II - Demolição ou perecimento das edificações ou construções existentes no terreno;
III - Conclusão ou ocupação da construção ou edificação;
IV - Aquisição ou promessa de compra de terreno ou imóvel construído;
V - Aquisição ou promessa de compra de parte não construída, desmembrada ou ideal do terreno;
VI - Posse de terreno exercida a qualquer título.

Art. 16 - O contribuinte declarará ao Orgão competente da Prefeitura as informações referentes à sua pessoa, ao terreno e à edificação, constante do Regulamento.

Art. 17 - Os contribuintes que apresentarem formulários de inscrição com informações falsas, erros ou omissões serão equiparados aos que não se inscreverem, podendo, em ambos os casos, ser inscritos "ex-ofício", sem prejuízo do pagamento da multa prevista no Artigo 22 desta Lei.

SEÇAO III
DO LANÇAMENTO

Art. 18 - O lançamento será feito à vista dos elementos do Cadastro Imobiliário Fiscal, quer declarados pelo contribuinte, quer apurados, pelo Orgão competente da Prefeitura, anualmente, exigido o imposto de uma só vez ou em parcelas nas épocas e locais indicados nos avisos de lançamentos, para cada unidade autônoma.

Art. 19 - O imposto será lançado independente da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse de imóvel, predial ou territorial, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para sua utilização para quaisquer finalidades.

Parágrafo Primeiro - Tratando-se de terreno no qual sejam concluídas obras durante o exercício, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana será devido até o dia final do exercício em que seja expedido o "Habite-se", em que seja obtido o "Auto de Vistoria", ou em que as construções sejam efetivamente ocupadas, efetuando-se a partir do exercício seguinte o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial.

Parágrafo Segundo - Tratando-se de construção ou edificação demolidas durante o exercício, o imposto sobre a Propriedade Predial será devido até o final do exercício, passando a ser devido o Imposto sobre Propriedade Urbana a partir do exercício seguinte.

Art. 20 - O lançamento rege-se pela legislação vigente, à data da ocorrência do fato gerador da obrigação Tributária principal, e a qualquer da prescrição, poderão ser efetuados lançamentos emitidos, aditivos substitivos e retificados falhas do lançamento seguinte.

Art. 21 - O aviso do lançamento será entregue no domicílio tributário do contribuinte, considerando-se o local em que estiver situado o imóvel ou local indicado pelo contribuinte e aceito pelo Fisco Municipal.

SEÇAO IV
DAS PENALIDADES

Art. 22 - O não cumprimento do disposto nos Artigos 15 e 17 desta Lei, sujeitará o contribuinte a multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor anual do Imposto, multa que será devida por um ou mais exercícios, até a regularização de sua inscrição ou da exigida.

Art. 23 - O contribuinte que não efetuar o pagamento do imposto nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento, ficará sujeito:

I - Multa sobre o valor do Imposto:

a) - 20% (vinte por cento) até 10 (dez) dias de atraso;
b) - 60% (sessenta por cento) até 60 (sessenta) competente
II - Demolição ou perecimento das edificações ou construções existentes no terreno;
III - Conclusão ou ocupação da construção ou edificação;
IV - Aquisição ou promessa de compra de terreno ou imóvel construído;
V - Aquisição ou promessa de compra de parte não construída, desmembrada ou ideal do terreno;
VI - Posse de terreno exercida a qualquer título.

Art. 16 - O contribuinte declarará ao Orgão competente da Prefeitura as informações referente à sua pessoa, ao terreno e à edificação, constante do Regulamento.

Art. 17 - Os contribuintes que apresentarem formulários de inscrição com informações falsas, erros ou omissões serão equiparados aos que não se inscreverem, podendo, em ambos os casos, ser inscritos "ex-ofício", sem prejuízo do pagamento da multa prevista no Artigo 22 desta Lei.

SEÇAO III
DO LANÇAMENTO

Art. 18 - O lançamento será feito à vista dos elementos do Cadastro Imobiliário Fiscal, quer declarados pelo contribuinte, quer apurados, pelo Orgão competente da Prefeitura, anualmente, exigido o imposto de uma só vez ou em parcelas nas épocas e locais indicados nos avisos de lançamentos, para cada unidade autônoma.

Art. 19 - O imposto será lançado independente da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse de imóvel, predial ou territorial, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para sua utilização para quaisquer finalidades.

Parágrafo Primeiro - Tratando-se de terreno no qual sejam concluídas obras durante o exercício, o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana será devido até o dia final do exercício em que seja expedido o "Habite-se", em que seja obtido o "Auto de Vistoria", ou em que as construções sejam efetivamente ocupadas, efetuando-se a partir do exercício seguinte o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial.

Parágrafo Segundo - Tratando-se de construção ou edificação demolidas durante o exercício, o imposto sobre a Propriedade Predial do exercício seguinte.

Art. 20 - O lançamento rege-se pela legislação vigente, à data da ocorrência do fato gerador da obrigação Tributária principal, e a qualquer da prescrição, poderão ser efetuados lançamentos emitidos, aditivos substitivos e retificados falhas do lançamento seguinte.

Art. 21 - O aviso do lançamento será entregue no domicílio tributário do contribuinte, considerando-se o local em que estiver situado o imóvel ou local indicado pelo contribuinte e aceito pelo Fisco Municipal.

SEÇAO IV
DAS PENALIDADES

Art. 22 - O não cumprimento do disposto nos Artigos 15 e 17 desta Lei, sujeitará o contribuinte a multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor anual do Imposto, multa que será devida por um ou mais exercícios, até a regularização de sua inscrição ou da exigida.

Art. 23 - O contribuinte que não efetuar o pagamento do imposto nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento, ficará sujeito:

I - Multa sobre o valor do Imposto:
a) - 20% (vinte por cento) até 10 (dez) dias de atraso;
b) - 60% (sessenta por cento) até 60 (sessenta) dias de atraso;
II - Cobrança de juros moratórios à razão de 1% (hum por cento) ao mês;
III - Correção monetária no padrão legal.

Parágrafo Primeiro - A correção monetária, fixada pelo Prefeito Municipal, com base em índices oficiais para os debitos fiscais federais, será devida a partir do mês em que o recolhimento ao tributo deveria ter sido efetuado, e a este acrescido para todos os efeitos legais.

Parágrafo Segundo - Após o vencimento, o crédito tributário será inscrito como dívida ativa, e proceder-se-á sua cobrança amigável no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual será processada a cobrança via judicial.

Parágrafo Terceiro - A inscrição do crédito tributário como dívida ativa será efetuada conforme disposto no Artigo 202 do Código Tributário Nacional e a cobrança judicial de acordo com a Lei nº 6.830, de 22/09/80 ou de legislação posterior que os modifiquem.

SEÇAO V
DAS ISENÇOES E REDUÇOES

Art. 24 - São isentos de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, sob a condição de que cumpram as exigências da legislação tributária do Município, prédio ou terreno:

I - Dos templos de qualquer culto ou religião;
II - Cedido ou que venha a ser cedido, em sua totalidade para uso da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou de suas

Autarquias, abrangendo apenas o imóvel cedido;

III - Pertencente a sociedades ou instituições sem fins lucrativos que se destinam a congregar classes patronais ou trabalhadores, com o fim de realizar a união dos associados, sua representação e defesa, a elevação do seu nível cultural ou físico, a assistência médico hospitalar ou a recreação social;

IV - Cedido gratuitamente as instituições que visam a prática da caridade, desde que tenham tal finalidade.

Art. 25 - As isenções serão recolhidas por ato do Prefeito Municipal, sempre a requerimento do interessado e revistas anualmente, com excessão das concedidas por prazo determinado e serão obrigatoriamente canceladas, quando:

I - Verificada a inobservância dos requisitos para sua concessão;

II - Desaparecem os motivos e circunstâncias que a motivaram.

Art. 26 - Será concedida após a devida comprovação pelo interessado, redução no pagamento dos Impostos Imobiliários.

I - De 50% cinquenta por cento;

a) - Ao ex-combatente brasileiro da 2a Guerra Mundial;

b) - A Viúva de funcionario público municipal, quando nesse estado e, ainda ao filho menor ou maior inválido, relativamente ao único imóvel predial que possuam no Município;

c) - Ao proprietário relativamente ao imóvel, predial ou territorial, cedido total e gratuitamente , para o funcionamento de estalecimento legalizado que ministre o ensino gratuito.

II - Pela antecipação de pagamento:

a) - 10% (Dez por cento) quando efetuado até o dia trinta e um de março de cada exercício ou à vista;

b) - Cinco por cento (5%) quando até o dia trinta de abril de cada exercício.

III - Os loteadores que obedecendo a legislação específica, dotarem seus loteamentos de equipamentos urbanos na forma seguinte:

a) - Trinta por cento (30%) com pavimentação;

b) - Vinte por cento (20%) com rede de esgoto;

c) - Quinze por cento (15%) com galerias de águas pluviais;

d) - Quinze por cento (15%) com guias e sargetas.

Parágrafo Único - A redução de que trata o ítem III será proporcional à extensão da testada correspondente ao equipamento executado e será de dez (10) anos, nos casos das letras "a" e "b", de cinco anos (05) anos nos demais casos, transmissível aos adquirentes desde que requerida no prazo de

trinta (30) dias a contar da assinatura do contrato respectivo.

CAPITULO IV
DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSAO DE BENS IMOVEIS
SEÇAO I
DA INCIDENCIA

Art. 27 - O imposto sobre transmissão "Inter Vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como o de cessão de direitos a sua aquisição, é devido por fato gerador com todas as transações de compra e venda de imóveis e sobre os seus direitos.

Art. 2º

SEÇAO II
DO CONTRIBUINTE E RESPONSAVEL

Art. 28 - O imposto deve ser pago pelo proprietário ou por qualquer das partes envolvidas na operação tributada.

SEÇAO III
DA BASE DE CALCULO E DA ALIQUOTA

Art. 29 - A base de cálculo para a tributação é o valor venal do imóvel fixado em pauta expedida pelo Município, sempre revista por ato do Prefeito Municipal, quando entender justa e conveniente.

Art. 30 - A alíquota a ser aplicada, em qualquer operação de compra e venda, é a de 3% (três por cento) sobre o valor da operação tributada nos termos do artigo anterior.

SEÇAO IV
DAS ISENÇOES

Art. 31 - As isenções desse tributo são as relacionadas para os Impostos Predial e Territorial Urbanos constantes deste Código.

CAPITULO V
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS
SEÇAO I
DA INCIDENCIA

Art. 32 - O imposto sobre serviços tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimentos fixo, de serviço a que alude o Art. 156, IV, da Constituição Federal.

Art. 33 - A incidência do Imposto sobre serviços independe:

I - Da existência de estabelecimentos fixos;

II - Do lucro obtido ou não, com a prestação de serviço;

III - Do cumprimento de quaisquer exigências legais para o exercício da atividade ou de profissão, sem prejuízo das penalidades cabíveis e aplicáveis pelo Orgão competente para formular aquelas exigências;

IV - Do pagamento ou não do preço de serviço, no mês ou exercício;

V - Da habitualidade na prestação de serviços.

Art. 34 - No caso de empresa ou profissional que realize serviços em mais de um Município, considera-se local da prestação de serviços;

I - Estabelecimento do prestador ou na falta deste, o seu domicílio;

II - No caso de construção civil ou de obras hidráulicas, o local onde se efetua a prestação.

Parágrafo Primeiro - Para efeitos do disposto neste Artigo, considera-se estabelecimento o local onde são praticados atos sujeitos ao imposto ou onde se encontram seus escritórios ou negócios;

Parágrafo Segundo - Considera-se domicílio tributário do contribuinte, o centro habitual de sua atividade no Território do Município.

SEÇAO II
DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSAVEL

Art. 35 - Contribuinte do imposto é o prestador de serviços, seja pessoa física ou jurídica que exercer em caráter permanente ou eventual quaisquer atividades da lista de serviços.

Parágrafo Primeiro - Não são contribuintes:

I - Os que prestam serviços em relação do emprego;

II - Os trabalhadores avulsos;

III - Os diretores e membros de Conselhos Consultivos e fiscais de sociedade.

Parágrafo Segundo - Todo aquele que se utilizar do serviço prestado por empresa ou profissional autônomo sob a forma de trabalho remunerado deverá exigir na ocasião, do pagamento a apresentação da nota fiscal devidamente numerada e autenticada pelo Orgão competente da Prefeitura Municipal e inscrição de Prestadores de Serviços.

Parágrafo Terceiro - O contribuinte que exercer em caráter permanente ou eventual, mais de uma atividade relacionadas no artigo 32, está sujeito ao imposto que incidir sobre cada uma delas.

Art. 36 - O contribuinte deve exercer requerer sua inscrição no Cadastro Fiscal de Prestadores de Serviços até trinta (30) dias, contados da data de início de suas atividades, fornecendo à Prefeitura os elementos e informações, necessárias para a correta fiscalização do tributo, nos formulários oficiais próprios.

Parágrafo Único - A cessão da atividade deverá ser comunicada pelo contribuinte no prazo de quinze (15) dias, de ocorrência, para efeito de baixa, que será concedida após verificação, pelo Orgão competente da Prefeitura, de sua procedência e quitação dos tributos devidos.

Art. 37 - Os contribuintes a que se refere o Artigo 33 deverão, até trinta (30) de janeiro de cada ano, atualizar os dados de sua inscrição quanto ao número de profissionais que participam da prestação de serviços, valendo a informação para todo o exercício.

Art. 38 - Para efeitos do Imposto sobre Serviços, entende-se por Empresa:

I - EMPRESA:
a) - Pessoa jurídica, sociedade comercial, civil ou de fato, que exercer atividade econômica de prestação de serviços;
b) - A firma individual da mesma natureza.
II - PROFISSIONAL AUTONOMO:
a) - Profissional liberal, como tal considerado todo aquele que realize trabalho ou ocupação intelectual (científica, técnica ou artística), de nível universitário ou a este equiparado, com o objetivo de lucro ou remuneração);
b) - A pessoa, que, sem vínculo e subordinação, exerce com absoluta indepedência na profissão, arte, ofício ou função de natureza permanente mediante remuneração.

Parágrafo Único - O profissional autônomo que utilizar empregados na execução de serviços a ele prestados, equipara-se à empresa para efeitos de contribuição.

Art. 39 - Além do contribuinte definido nesta Lei são pessoalmente responsáveis pelo Imposto:

I - Os usuários de serviços que não efetuarem o desconto, na fonte:
a) - De pagamento efetuado, sob a forma de serviços obrigados ao pagamento anual do tributo que não apresentarem o certificado de inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços;
b) - De pagamento efetuado sob a forma de recibo à Firma prestadora de serviços que não emitir Nota Fiscal de serviço ou não possuir inscrição no Cadastro de prestadores de Serviços;

II - Os que sublocarem, cederem, transferirem a terceiros, as instalações de sua propriedade, ou que estão sob sua direção ou exploração, desde que, destinados à realização de atividade que, por si só, configure fato gerador do Imposto de Serviços;

III - A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão transformação ou corporação de outra ou em outra, é responsável o imposto devido pessoa jurídicas fundidas, transformadas ou incorporadas, até a data dos atos de fusão transformação ou incorporação;

IV - A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento profissional de prestação de serviços, e continuar a exploração do negócio, sob a mesma razão social, ou sob firma, ou nome individual, é responsável pelo Imposto do estabelecimento adquirido, devido até a data do ato;

a) - Integralmente, se a alienante cessar a exploração da atividade;

b) - Subsidiariamente com a alienante, se esta prosseguir, na exploração ou iniciar, dentro de seis (06) meses a contar da data da alienação, nova atividade do mesmo ou de outros ramos de prestação de serviços;

Parágrafo Único - O disposto no Inciso IV aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

SEÇAO III
DA BASE DE CALCULO E ALIQUOTA

Art. 40 - A base de cálculo é preço de serviço e o imposto será calculado por meio de alíquotas, fixas e variáveis, de acordo com o art. 44.

Art. 41 - Quando o imposto for calculado com base no movimento econômico, a base de cálculo será o preço dos serviços, nas condições estabelecidas, neste artigo.

Parágrafo Primeiro - Do preço dos serviços serão deduzidas as percelas correspondentes:

I - Com relação aos itens 19 e 20 da Lista de Serviços (anexa):

a) - Ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador de serviços, quando produzidos fora do local da prestação de serviços;

b) - Ao valor das subempreitadas já tributadas pelo

imposto.

II - Ao valor do fornecimento de alimentação e bebidas com relação ao item 29.

III - No caso do item 39 ao valor da alimentação quando não incluido no preço da diária ou mensalidade.

IV - Ao valor do material fornecido para sua execução, com relação ao item 56.

V - Nos casos dos itens 40, 41 e 42 o valor das peças, parte de máquinas e aparelhos são compreendidos como tais, as ferramentas usadas, nos serviços.

Parágrafo Segundo - Quando os serviços a que referem os intes 1,2,3,4,5,6,11,12 e 17 da Lista de Serviços forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao Imposto calculado anualmente de acordo com o disposto no Artigo 44, I, multiplicado pelo número de profissionais habilitados que sejam sócios, que sejam ou não empregados, mais que prestem serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, pelos serviços executados, nos termos da lei aplicável no exercício de sua profissão.

Art. 42 - Nos casos dos serviços a que se referem os itens 25, 45, 49, 50 e 60 da Lista de Serviços o Imposto será calculado, anualmente, com a aplicação das alíquotas previstas no Artigo 44, multiplicadas pelo número de profissionais que participam do serviço prestado, se for o caso.

Art. 43 - Quando, por qualquer motivo, não puder ser conhecido o valor econômico resultante da prestação de serviços, quando os registros relativos ao imposto não merecem fé do fisco, e, finalmente, quando o contribuinte não estiver inscrito no Orgão competente, a base de cálculo será arbitrado em quantia não inferior à soma das seguintes parcelas, acrescidas de 30% (trinta por cento):

I - Valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados durante o mês;

II - Folha de salários pagos durante o mês, adicionada de honorários ou "pro-labore" de diretores e retiradas, a qualquer título, de proprietários, sócios ou gerentes;

III - Aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos, ou quando próprios, um por cento (1%) do valor das mesmas;

IV - Despesas com fornecimento de água, luz, força, telefone e demais encargos obrigatórios dos contribuintes.

Parágrafo Único - Para o arbitramento do preço dos serviços serão considerados, entre outros elementos ou indícios, os lançamentos de estabelecimentos semelhantes, a natureza do serviço prestado, o valor das instalações e equipamentos do contribuinte, sua localização, a retirada dos sócios, o número de empregados e salários.

Art. 44 - Ficam estabelecidas as seguintes alíquotas para a cobrança do Imposto sobre Serviços:

I - Prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal;
a) - 20 (vinte) UFRM por mês - em relação aos autonómos leberais;
b) - 12 (deze) UFRM por mês - em relação aos autonômos não liberais.
II - Prestação de serviços tributados com base nos preços dos serviços (movimento econômico):
a) - Todos os demais casos da lista - 5% (cinco por cento) sobre o giro econômico.

SEÇAO IV
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 45 - O lançamento será feito com base nos dados constantes do Cadastro de Prestadores de Serviços e das declarações e guias de recolhimento.

Parágrafo Primeiro - O lançamento será feito pelo Orgão competente da Prefeitura:

I - Anualmente, no caso dos serviços tributados sob a forma de trabalho pessoal de acordo com o artigo 44, I.
II - Mensalmente, nos casos previstos nos Artigos 43 e 44, II.
III - Quando a apuração de diferenças em levantamento fiscal.

Parágrafo Segundo - Será declarado pelo contribuinte, mensalmente, nos casos dos serviços, tributados, com base no preço dos serviços (movimento econômico), de acordo com o Artigo 44,II.

Parágrafo Terceiro - Será descontado na fonte, pelo usuário, nos casos previstos no Artigo 39, I, "a" e "b".

Art. 46 - A Prefeitura exigirá dos contribuintes a emissão de Nota Fiscal de Serviços e a utilização ou atividades tributáveis, conforme modelos estabelecidos pelo Orgão competente do Fisco Municipal.

Parágrafo Primeiro - Ficam desobrigados das exigências deste Artigo, os contribuintes prestadores de serviços tributados na forma de trabalho pessoal, objeto do Artigo 45, I.

Parágrafo Segundo - Os livros, documentos e quaisquer outros efeitos fiscais e comerciais são de exibição obrigatória ao fisco, incorrendo o contribuinte na penalidade prevista no Artigo 51, II.

Art. 47 - O recolhimento do Imposto, a se

efetuar na Tesouraria da Prefeitura ou entidade autorizada, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas nesta Lei, ocorrerá:

I - Anualmente, até o décimo dia útil do mês de fevereiro, ou de meses subsequentes, caso o regulamento assim o determine no caso das atividades referidas no Artigo 44, I:
II - Mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao vencimento nos casos previsto no Artigo 43.
III - No prazo de quinze dias contados da respectiva notificação, no caso de diferenças apuradas em levantamento fiscal.
IV - Mensalmente, até o décimo dia útil subsequente ao vencido, no caso das atividades referidas no Artigo 44, II.
V - No prazo de dez (10) dias quando ocorrer retenção de imposto de renda na fonte, de acordo com o disposto no Artigo 39, I, "a" e "b".

Parágrafo Primeiro - Deverá ser feito no prazo estabelecido para o recolhimento do imposto, a comprovação da existência de resultado econômico, pelo contribuinte pela não prestação de serviços tributáveis pelo Município.

Parágrafo Segundo - Considera-se como estabelecimentos autonômos, para efeito de lançamento e cobrança de imposto:

I - Os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas.
II - Os que embora pertençam à mesma pessoa física ou jurídica tenham funcionamento em locais diversos.

Parágrafo Único - Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis e com comunicação interna nem os vários pavimentos de um imóvel.

SEÇAO V
DAS ISENÇOES

Art. 48 - São isentos do Imposto:

I - Os serviços de execução, por administração ou empreitadas, de obras hidráulicas ou de construção civil, contratadas à União, Estados, Distrito Federal, Município, autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos, assim como as respectivas subempreiteiras.
II - Os serviços de instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos prestados ao Poder Público, às autarquias e as concessionárias de produção de energia elétrica.

III - Os estabelecimentos de ensino de nível elementar, médio e superior, as casas de caridades, as sociedades de socorro mútuo e os estabelecimentos de fins humanitários e assistenciais, sem finalidade lucrativa.

IV - A prestação de assistencia médica ou odontológica, em ambulatórios ou gabinetes mantidos por estabelecimentos comerciais ou industrias, sindicatos e sociedades civis sem fins lucrativos, desde que se destine exclusivamente ao atendimento de seus empregados e associados, e não seja explorada por terceiros, sob qualquer forma.

V - As atividades esportivas, bem como os espetáculos avulsos, sob responsabilidade de federações, associações, clubes desportivos devidamente localizados e por organizações estudantis.

VI - As Pessoas físicas:

a) - Reconhecidamente pobres, sem estabelecimento fixo e receita anual inferior a 20 (vinte) UFRM.

b) - Que prestarem serviços em sua própria residência, por conta própria, sem propaganda ou letreiros, sem empregados, não sendo considerados como tais: os filhos e mulher do responsável, excluídos os profissionais de nível universitário e nivel técnico de qualquer grau.

Art. 49 - A concessão de isenção do imposto sobre serviços, com base no Artigo 48, III, IV, e VI, será solicitada em requerimento e obedecerá:

I - A entrega de documentação comprobatória dos requisitos exigidos à obtenção do benefício;

II - Com referência às instituições, declaração anual da qual constarão:

a) - As modificações na sua direção;

b) - As alterações estatutárias;

c) - Seus balanços, orçamentos ou outros dados contábeis, que venham a ser exigidos.

III - Ser entregue até o último dia útil do mês de janeiro de cada exercício.

Parágrafo Primeiro - Para renovação do benefício fiscal, será considerada a documentação inicial apresentada e exigidas as provas ao novo exercício.

Parágrafo Segundo - Com relação à isenção de que trata o Artigo 48, III, serão observadas a concessão à Prefeitura de bolsas de estudo respectivamente em número de 20, 15 e 081, que as concederá atendendo aos requisitos fixados em LEI.

Parágrafo Terceiro - Nos casos de isenção com base no Artigo 48, I e II, deverá ser comunicada pela Entidade contratante do serviço, ao Orgão competente da Prefeitura:

a) - Nome da Firma e endereço;

b) - Número de inscrição no Estado e Ministério da Fazenda;
c) - Valor do contrato;
d) - Espécie de serviço contratado.

SEÇAO VI
DAS PENALIDADES

Art. 50 - Será imposta ao contribuinte, pelo não cumprimento das obrigações acessórias, multa equivalente ao valor do imposto:

I - De 50% (cinquenta por cento), por:
a) - Não se inscrever no Cadastro de Prestadores de Serviços;
b) - Não atualizar os dados quanto ao número de profissionais que participam da prestação de serviços;
c) - Não comunicar a cassação de suas atividades.
II - De 80% (oitenta por cento) no caso de não possuir a documentação fiscal a que se refere o Artigo 46.

Art. 51 - O contribuinte que não efetuar o pagamento do imposto nos vencimentos fixados no Artigo 47, desta Lei, ficará sujeito a:

I - Multa moratória sobre o valor:
a) - Até trinta (30) dias: 30% (trinta por cento);
b) - Até sessenta (60) dias: 50% (cinquenta por cento);
c) - Acima de sessenta (60) dias: 80% (oitenta por cento).
II - Cobrança de juros de mora à razão de 1% (um por cento), ao mês.
III - Correção monetária no padrão legal.

Parágrafo Primeiro - A correção monetária, fixada pelo Prefeito Municipal, com base, em índices oficiais para os débitos fiscais federais, será devida após o vencimento e mensalmente na forma da Lei.

Parágrafo Segundo - Após o vencimento, o crédito tributário será inscrito como Dívida Ativa e proceder-se-á sua cobrança por via amigável, no prazo de dez (10) dias, findo o qual será processada cobrança por via judicial.

Parágrafo Terceiro - A inscrição do crédito tributário como Dívida Ativa será efetuada conforme disposto no Artigo 202 do Código Tributário Nacional e cobrança judicial de acordo com a Lei nº 6.830, de 22/09/80 e de legislação posterior que os modifiquem.

DAS TAXAS
CAPITULO VI
DAS TAXAS DECORRENTES DO EXERCICIO DO
PODER DE POLICIA ADMINISTRATIVA

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Art. 52 - As Taxas de Licença têm como fato gerador exercício regular de polícia administrativa do Município.

Parágrafo Primeiro - Considera-se poder de polícia a atividade administrativa pública, que limitando ou desciplinando direto, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a obtenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Parágrafo Segundo - O polícia administrativa será exercido em relação a quaisquer atividades, lucrativas ou não, e a quaisquer atos a serem respectivamente exercidos ou praticados no território do Município, executados os legalmente subordinados ao poder de Polícia administrativa do Estado ou da União.

Art. 53 - Estão sujeitos a prévia licença:

I - Localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comercial, de crédito, seguro, capitalização, agropecuária, de prestação de serviços, ou atividade decorrente de profissão, arte, ofício ou função.
II - Funcionamento de estabelecimento em horários especiais.
III - Exercício do comércio ou atividade eventual ou ambulante.
IV - Publicidade.
V - Execução de obras particulares.

Parágrafo Primeiro - As licenças serão concedidas sob a forma de alvará, que deverão ser exibidos à fiscalização quando solicitado.

Parágrafo Segundo - Poderá ser cassada a licença, a qualquer tempo, desde que, passem a inexistir quaisquer das condições que legitimaram a sua concessão.

Art. 54 - A licença para localização e funcionamento será concedida desde que, as condições de higiene, segurança e localização do estabelecimento sejam adequadas à espécie de atividade a ser exercida, e sob a condição de que a sua construção seja compatível com a política urbanística do Município.

Parágrafo Primeiro - Será obrigatória nova licença toda vez que ocorrerem modificações nas características do estabelecimento ou mudança do rumo ou atividade nele exercida.

Parágrafo Segundo - Após a localização, e não verificada modificação, no fato gerador, será cobrada nos exercícios seguintes apenas a renovação para funcionamento.

Art. 55 - A exploração ou utilização de meios de publicidades em vias ou logradouros públicos, que possam ser visíveis destes últimos, ou em locais de acesso público, com ou sem cobrança de ingressos, sujeita-se a prévia licença.

Parágrafo Primeiro - O requerimento de licença de publicidade deve ser instruído com a descrição detalhada do meio de publicidade a ser utilizada, sua localização e demais características essenciais.

Parágrafo Segundo - Ficam sujeitos ao acréscimo de 30% (trinta por cento) os anúncios de qualquer natureza referentes a fumo e bebidas alcóolicas.

Art. 56 - A licença para o exercício do comércio ou atividade eventual ou anualmente não exclui o pagamento do preço pela ocupação de áreas em rua, terreno e logradouro público.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste Artigo, considera-se:

I - Comércio ou atividade eventual, o exercício de instalações precárias ou removíveis, como: barracas, balcões, bancas, mesas, tabuleiros e semelhantes ou em veículos ou embarcações;

II - Comércio ou atividade ambulante, o exercício sem estabelecimento, localização ou instalações fixas.

Art. 57 - A licença para execução de obras particulares, só será concedida mediante prévia aprovada das plantas ou projetos das obras, na forma da legislação aplicável.

Art. 58 - O abate de gado destinado ao consumo público quando não for feito no Matadouro Municipal, ou em charqueadas frigoríficos ou outros estabelecimentos semelhantes, sujeitos à fiscalização federal competente e cuja carne fresca não se destinar ao consumo local, só será permitido mediante licença da PREFEITURA, procedida de inspeção sanitária, nas condições estabelecidas na legislação aplicável.

Art. 59 - O contribuinte das taxas de licença é a pessoa física ou jurídica, interessada no exercício de atividade ou prática de atos sujeitos ao poder de polícia do Município nos termos do Artigo 53 desta Lei.

SEÇAO II
DA INSCRIÇAO

Art. 60 - Toda pessoa física interessada no exercício de atividade ou na prática de atos sujeitos à prévia licença, deverá promover sua inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura.

Parágrafo Primeiro - O prazo de inscrição ou de

suas alterações é de trinta (30) dias a contar do ato ou fato que a motivou.

Parágrafo Segundo - Far-se-á inscrição:

I - Por declaração do contribuinte ou de seu representante legal, através de petição, preenchimento de ficha ou formulário-modelo;
II - De ofício, após expirado o prazo de inscrição por declaração.

Parágrafo Terceiro - Apurada, a qualquer tempo a inexatidão dos elementos declarados, proceder-se-á, do ofício, à alteração da inscrição, utilizando-se entre outros, os elementos constantes do auto de infração e aplicando-se as penalidades cabíveis.

Art. 61 - Os pedidos de alteração ou baixa de inscrição iniciativa do contribuinte e sempre instruídos com o último comprovante de pagamento dos tributos a que estejam sujeitos, somente serão deferidos após informações do Orgão competente.

SEÇAO III
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Art. 62 - As taxas de licenças podem ser lançadas isoladamente, ou em conjunto com outros tributos, se possível constando nos avisos-recibos, obrigatoriamente, os elementos distintivos de cada tributo e os respectivos valores.

Parágrafo Único - Considera-se domicílio tributário para efeito das taxas de licença, o local da residência habitual do contribuinte, o centro habitual de sua atividade ou o lugar da sua sede.

Art. 63 - As taxas serão arrecadadas antes do início das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao poder de polícia, com guia oficial, preenchida pelo contribuinte, observando-se constantes desta Lei, e cobradas de acordo com a Tabela em anexo.

SEÇAO IV
DAS PENALIDADES

Art. 64 - Será imposta ao contribuinte, pelo não cumprimento das obrigações acessórias a que está sujeito, dentro do prazo de trinta (30) dias, multa equivalente:

I - 05 (cinco) UFRM:
a) - Pela falta de inscrição ou de ocorrência de qualquer ato ou fato que venha a modificar os dados da inscrição;
b) - Pela falta de comunicação de cassação das

atividades;

II - 100% (cem por cento) do valor do tributo, pelo início ou prática de atos dependentes de prévia autorização, sem o respectivo pagamento da taxa;

III - 04 (quatro) UFRM:

Parágrafo Primeiro - Quas
antes, de acordo com os prazos estabelecidos de cada período.

Parágrafo Primeiro - Para a renovação do benefício fiscal, será considerada a documentação inicial apresentada e exigidas as provas relativas ao novo exercício.

Parágrafo Segundo - Nos casos de ínicio de atividades, o pedido de isenção deve ser feito por ocasião da concessão da licença para a localização.

SEÇAO VI
DA RESPONSABILIDADE TRIBUTARIA

Art. 68 - Além do contribuinte definido nesta Lei, respondem pelas Taxas de Licença:

I - Pela Taxa do exercício do comércio ou atividade eventual ou anualmente, as mercadorias encontradas em poder de vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que hajam a respectiva taxa;

II - Pela Taxa de publicidade, todas as pessoas físicas ou jurídicas, às quais, direta ou indiretamente, a publicidade, venham a beneficiar uma que, a tenham autorizado.

Parágrafo Único - Aplicam-se às taxas de licença quando cabíveis, as disposições sobre responsabilide tributária constante dos Artigos 13 e 39 desta Lei.

CAPITULO VII
DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS
SEÇAO I
DISPOSIÇOES INICIAIS

Art. 69 - As taxas de serviços públicos tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Art. 70 - Integram o elenco municipal de Taxas de Serviços Públicos as de:

I - Limpeza Pública;
II - Pavimentação e colocação de guias e sargetas;
III - Conservação de estradas;
IV - Iluminação Pública;
V - Serviços Diversos.

. Art. 71 - Aplicam-se às Taxas de Serviços Públicos as disposições contidas nos Artigos 23 e 50 desta Lei, pelo não pagamento das mesmas.

Art. 72 - Além do contribuinte definido nesta Lei, respondem pelas taxas e serviços públicos:

I - Os responsáveis definidos no Artigo 13 desta Lei, com relação às taxas enumeradas no Artigo 70, incisos: I, II, IV e V, referentes aos imóveis localizados na zona urbana;
II - Os responsáveis definidos no Artigo 13 desta Lei, com relação à Taxa prevista no Artigo 70, inciso III quando de imóveis localizados na Zona Rural.

SEÇAO II
DA TAXA DE LIMPEZA PUBLICA

Art. 73 - Considera-se serviço de limpeza pública, para cobrança da respectiva taxa, a utilização efetiva ou a simples disponibilidade de:

I - Coleta e remoção de lixo domiciliar;
II - Varreção, lavagem e capinação das vias e logradouros;
III - Limpeza de córregos, fossas, cisternas, galerias pluviais, bueiros e bocas de lobo.

Parágrafo Primeiro - A Taxa de que trata este Artigo pode ser lançada isoladamente, ou em conjunto com os impostos imobiliários, mas dos avisos-recibos deverá constar, obrigatoriamente, a indicação dos elementos distintivos de cada tributos e os respectivos valores.

Parágrafo Segundo - Contribuinte de taxa será o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título de imóveis situados em logradouros, públicos ou particulares.

Art. 74 - A taxa de limpeza pública será acrescida de:

I - 20% (vinte por cento) do seu valor, quando o imóvel se destinar, no todo ou em parte, a uso comercial, industrial ou à prestação de serviços, desde que a atividade não esteja incluída no item II deste Artigo.
II - 30% (trinta por cento) de seu valor quando o imóvel estiver ocupado, no todo ou em parte, por hotel, padaria, casa de carnes, café, bar, restaurante, cantina, mercearia, açougue, peixaria, colégio, confeitaria, cinema e outras casas de diversões públicas, clubes, conheira, estábulo, posto de serviços de veículos, ou oficina que empregue equipamento motorizado na sua

ocupação.

Parágrafo Único - Os serviços especiais de remoção de lixo extra-residenciais, entulho, poda de árvore e cadáveres de animais serão prestados por solicitação do interessado, ou, compulsoriamente, ficando o responsável sujeito às penalidades cabíveis e a efetuar o pagamento do preço do serviço fixado pelo Executivo.

Art. 75 - Será concedida isenção do pagamento da Taxa de limpeza pública:

I - Aos próprios federais e estaduais quando exclusivamente utilizados por serviços da União ou do Estado;
II - Os templos religiosos e às casas paroquiais e pastorais deles integrantes;
III - As sociedades beneficientes com personalidade jurídica que se dediquem, exclusivamente, as atividades assistenciais sem qualquer fim lucrativo, em relação aos imóveis destinados à sede própria dessa sociedade.

SEÇAO III
DA TAXA DE PAVIMENTAÇAO E GUIAS DE SARGETAS

Art. 76 - A taxa de pavimentação e colocação de guias e sargetas é devida pela prestação dos serviços de recuperação, reforma e restauração de obras respectivas e, no caso de pavimentação será calculada até o limite da metade da área pavimentada em frente ao imóvel.

Parágrafo Primeiro - Aplica-se à taxa de pavimentação o disposto nos Parágrafos 1º e 2º, do Artigo 73, referentes ao lançamento e ao contribuinte.

Art. 77 - A base de cálculo da TAXA será o custo da respectiva obra e o seu pagamento poderá ser parcelado de acordo com a legislação municipal especifica.

SEÇAO IV
DA TAXA DE CONSERVAÇAO DE ESTRADAS

Art. 78 - Considera-se serviço de cobrança da respectiva taxa, os seguintes, mantidos com regularidade pela Prefeitura:

I - Conservação do leito das estradas através de:
a) - Patrolamento;
b) - Encascalhamento.
II - Abertura de valas coletoras de águas pluviais.
III - Capinação das vias e limpeza de valas.

Parágrafo Único - Contribuinte da TAXA objeto desse Artigo é o proprietário, o titular do domínio útil, ou do

possuidor a qualquer título, de título, de imóveis beneficiados, direta ou indiretamente, pelos serviços municipais de conservação de estradas.

Art. 79 - A taxa de conservação de estradas será cobrada em função do custo das obras, anualmente, em função da área e localização dos imóveis, observadas as seguintes disposições:

a) - 1/6 (um sexto) caberá aos proprietários titulares, de domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de imóvel.
b) - 1/12 (um duodécimo) caberá aos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidor a qualquer título, de imóvel adjacente ou não à estrada, objeto da conservação pela Prefeitura;
c) -O restante caberá à Prefeitura, à conta de seus recursos próprios ou de outras verbas destinadas à construção de estradas.

Parágrafo Primeiro - O rateio do custo dos serviços de conservação de estradas, na forma das alíneas "a" e "b", deste Artigo, será proporcional às áreas dos imóveis.

Parágrafo Segundo - A taxa será lançada anualmente e o pagamento será efetuado nas épocas e locais indicados nos avisos de lançamento.

SEÇAO V
DA TAXA DE ILUMINAÇAO PÚBLICA

Art. 80 - A taxa de Iluminação pública será devida pela prestação, por intermédio da Prefeitura, do serviço de iluminação nas vias e logradouros públicos, via Delegação à Empresa Permissionária:

I - Aos terrenos murados;
II - As unidades imobiliárias não servidas por energia elétrica domiciliar.

Parágrafo Único - Aplica-se à taxa de iluminação pública o disposto no Parágrafo Segundo do Artigo 73, referente ao contribuinte e Lei de Delegação à Empresa Permissionária.

Art. 81 - A Taxa será cobrada conforme padrão oficial e de acordo com Delegação à Empresa Permissionária:

I - Mensalmente, através de convênio com empresas concessionárias do serviço de eletricidade.
II - Nos prazos fixados para a arrecadação dos impostos imobiliários, quando por qualquer motivo, não for utilizado o critério previsto no inciso anterior.

SEÇAO VI
DA TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS

Art. 82 - A taxa de serviços diversos compreende:

a) - Numeração de prédios ou edificações;
b) - Apreensão de mercadorias, móveis ou semoventes;
c) - Alinhamento e nivelamento;
d) - Demarcação de lotes;
e) - Ato de concessão ou permissão (exploração);
f) - Cemitério;
g) - Serviços outros regidos por Ato do Executivo Municipal.

CAPITULO VIII
DA CONTRIBUIÇAO DE MELHORIA
SEÇAO I
FATO GERADOR E CONTRIBUINTES

Art. 83 - Fica instituida a Contribuição de Melhoria que tem como fato gerador a realização de obra pública.

Parágrafo único - Para os efeitos da Contribuição de Melhoria, entende-se por obra pública:

a) abertura, alargamento, pavimemtação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

b) construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

c) construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

d) serviço e obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, teleféricos, transportes e comunicações em geral;

e) contrução de estradas de ferro e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

f) construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

g) aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Art. 84 - A contribuição de melhoria terá como limite total a despesa realizada, na qual serão incluídas as parcelas relativas a estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive os encargos respectivos.

Parágrafo primeiro - Os elementos referidos no caput deste artigo serão definidos para cada obra ou conjunto de obras integrantes de um mesmo projeto, em memorial descritivo e orçamento detalhada de custo, elaborados pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo segundo - O Prefeito, com base nos documento referidos no parágrafo anterior e tendo em vista a natureza da obra ou conjunto de obras, os eventuais benefícios para os usuários, o nível de renda dos contribuintes e o volume ou quantidade e equipamentos públicos existentes na sua zona de influência, fica autorizado a reduzir, em até 50% (cinquenta por cento), o limite total a que se refere este artigo.

Art. 85 - A contribuição de melhoria será devida em decorrência de obras públicas realizadas pela Administração Direta e Indireta Municipal, inclusive quando resultantes de convênio com a União e o Estado ou com entidade federal ou estadual.

Art. 86 - As obras públicas que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:

I - ordinário, quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria Administração;

II - extraordinário, quando referente a obra de menor interesse geral, solicitada por, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos contribuintes interessados.

Art. 87 - Contribuinte da contribuição de melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóvel situado na zona de influência da obra.

Parágrafo primeiro - Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

Parágrafo segundo - Os demais imóveis serão lançados em nome de seus titulares respectivos.

Art. 88 - A contribuição de melhoria constitui ônus real, acompanhado o imóvel ainda após a transmissão.

SEÇAO II
DELIMITAÇAO DA ZONA DE INFLUENCIA

Art. 89 - Para cada obra ou conjunto de obras integrantes de um mesmo projeto serão definidos sua zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis nela localizados.

Art. 90 - Tanto as zonas de influências como os índices de hierarquização de benefícios serão aprovados pelo Prefeito com base em proposta elaborada por Comissão previamente designada pelo Chefe do Executivo, para cada obra ou conjunto de obras integrantes de um mesmo projeto.

Art. 91 - A comissão a que se refere o artigo procedente terá a seguintes composição:

I - 2 (dois) membros de livre escolha do Prefeito, dentre os servidores municipais;

II - 1 (um) membro indicado pelo Poder Legislativo, dentre os seus integrantes;

III - 2 (dois) membros indicados por entidades privadas que atuem, institucionalmente, no interesse da comunidade.

Parágrafo primeiro - Os membros da Comissão não farão jus a nenhuma remuneração, sendo o seu trabalho considerado como de relevante interesse para o Município.

Parágrafo segundo - A Comissão encerrará seu trabalho com a entrega com a entrega da proposta definindo a zona de influência da obra ou conjunto de obras, bem como os respectivos índices de hierarquização de benefício.

Parágrafo terceiro - A proposta, a que se refere o parágrafo anterior, será fundamentada em estudos, análises e conclusões, tendo em vista o contexto em que se insere a obra ou conjunto de obras nos seus aspectos sócio-econômicos e urbanísticos.

Parágrafo quarto - Os órgãos da Prefeitura fornecerão todos os meios e informações solicitadas pela Comisão, para o cumprimento de seus objetivos.

SEÇAO III
BASE DE CALCULO

Art. 92 - Para o cálculo da contribuição de melhoria, o órgão fazendário da Prefeitura, com base no disposto nos artigos 84 e 89 desta lei e no custo da obra apurado pela Administração, adotará os seguintes procedimentos:

I - delimitará, em planta, a zona de influência da obra;

II - dividirá a zona de influência em faixas correspondentes aos diversos índices de hierarquização de benefício dos imóveis, se for o caso;

III - individualizará, com base na área territorial, os imóveis localizados em cada faixa;

IV - obterá a área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados;

V - calculará a contribuição de melhoria relativa a cada imóvel, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$CMI = C \times \frac{hf}{+hf} \times \frac{ai}{+af}, \text{ onde:}$$

CMI: contribuição de melhoria relativa a cada imóvel.

C : custo da obra a ser ressarcido.

hf : índice de hierarquização de benefício de cada faixa.

ai : área territorial de cada imóvel.

af : área territorial de cada faixa.

+ : sinal de somatório.

SEÇÃO IV
COBRANÇA

Art. 93 - Para a cobrança de contribuição de melhoria, o órgão fazendário da Prefeitura deverá publicar edital contendo os seguintes elementos:

I - memorial descritivo da obra e o seu custo total;

II - determinação da parcela do custo total a ser ressarcida pela contribuição de melhoria;

III - delimitação da zona de influência e os respectivos índices de hierarquização de benefícios dos imóveis;

IV - relação dos imóveis localizados na zona de influência, sua área territorial e a faixa a que pertencem;

V - valor da contribuição de melhoria correspondente a cada imóvel.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se também aos casos de cobrança de contribuição de melhoria por obras públicas em execução, constantes de projetos ainda não concluídos.

Art. 94 - Os titulares dos imóveis relacionados na forma do inciso V do artigo anterior terão de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do edital, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único - A impugnação deverá ser dirigida ao órgão fazendário da Prefeitura através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo

administrativo fiscal e não terá efeito suspensivo na cobrança da contribuição de melhoria.

Art. 95 - Executada a obra na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da contribuição de melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis.

Art. 96 - A notificação do lançamento, diretamente ou por edital, conterá:

I - identificação do contribuinte e valor da contribuição de melhoria cobrada;

II - prazos para pagamento de uma só vez ou parceladamente e respectivos locais de pagamento;

III - prazo para reclamação.

Parágrafo único - Dentro do prazo qe lhe for concedido na notificação de lançamento, não inferior a 30 (trinta) dias, o contribuinte poderá apresentar reclamação por escrito contra:

I - erro na localização ou na área territorial do imóvel;

II - valor da contribuição de melhoria;

III - número de prestações.

Art. 97 - Os requerimentos de impugnação, de reclamação e quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras nem terão efeito de obstar a Prefeitura Municipal na prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da contribuição de melhoria.

SEÇAO V
PAGAMENTO

Art. 98 - A contribuição de melhoria poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - o pagamento de uma só vez gozará do desconto e 20% (vinte por cento), se efetuado nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar da notificação do lançamento;

II - o pagamento parcelado vencerá juros de 1% (um por cento) ao mês e as parcelass respectivas terão seus valores vinculados aos índices oficiais de atualização monetária.

Art. 99 - No caso de pagamento parcelado, os

valores serão calculados de modo que o total anual não exceda a 3% (três por cento) do maior valor fiscal do imóvel, constante do cadastro imobiliário fiscal e atualizado à época da cobrança.

Art. 100 - O atraso no pagamento das prestaçoes sujeita o contribuinte à multa de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração calculada sobre o valor atualizado da parcela, de acordo com os coeficientes aplicáveis na correção dos débitos fiscais.

Art. 101 - E lícito ao contribuinte liquidar a contribuição de melhoria com títulos da lívida pública emitidos especialmente para o financiamento da obra pela qual foi lançada.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, o pagamento será feito pelo valor nominal do título, se o preço de mercado for inferior.

SEÇAO VI
DISPOSIÇOES FINAIS

Art. 102 - Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria os imóveis de propriedade do Poder Público, exceto os prometidos à venda e os submetidos a regime de enfiteuse, aforamento ou cencessão de uso.

Art. 103 - Fica o Prefeito expressamente autorizado a, em nome do Município, firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da contribuição de melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

Art. 104 - O Prefeito poderá delegar a entidades da Administração Indireta as funções de cálculo, cobrança e a arrecadação da contribuição de melhoria, bem como de julgamento das reclamações, impugnações e recursos, atribuídas nesta lei ao órgão fazendário da Prefeitura.

Art. 105 - Do produto de arrecadação da contribuição de melhoria 25% (vinte e cinco por cento) constituem receitas de capital destinada à aplicação em obras geradoras do tributo.

Parágrafo único - No caso das obras serem executadas ou fiscalizadas por entidades da Administração Indireta, o valor arrecadado, que constitui receita de capital, lhe será automaticamente repassado ou retido, caso a entidade esteja autorizada a arrecadar para aplicação em obras geradoras do tributo.

SEÇAO VII
INFRAÇOES OU PENALIDADES

Art. 106 - O atraso no pagamento das prestaçõe sujeitará o contribuinte à atualização monetária, juros monetários de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.

CAPITULO IX
DISPOSIÇOES DO PROCESSO FISCAL

Art. 107 - Processo fiscal, para efeitos desta Lei, compreende o conjunto de atos e formalidades tendentes a uma decisão sobre:

I - Auto de infração;
II - Reclamação contra lançamento;
III - Consulta;
IV - Pedido de restituição.

Art. 108 - As ações ou omissões contrárias à legislação tributária serão apuradas com fim de determinar o responsável pela infração verificada, o dano causado ao Município e o respectivo valor, aplicando ao infrator, a pena correspondente e procedendo-se, quando for o caso, ao ressarcimento do referido dano.

Parágrafo Único - Ao Executivo cabe regulamentar as normas administrativas relativas a representação, intimação, defesa e das diligências.

Art. 109 - O contribuinte poderá reclamar, no prazo de dez (10) dias, contra lançamento ou ato da autoridade fazendária.

Parágrafo Primeiro - As reclamações não serão decididas sem informações do Orgão responsável pelo lançamento, sob pena de nulidade de decisão.

Parágrafo Segundo - O prazo para apresentação de recurso à Instância Superior é de quinze (15) dias, contados da publicação de decisão em resumo, ou da data de sua intimação ao contribuinte ou responsável.

Parágrafo Terceiro - As reclamações e os recursos não tem efeito suspensivo da exigibilidade do crédito tributário, salvo se o contribuinte fizer o depósito prévio do montante integral do tributo cujo lançamento se discute, no prazo previsto neste Artigo, não sendo aplicada a correção monetária sobre o mesmo.

Art. 110 - Fica o poder Executivo Municipal, autorizado a regulamentar a presente Lei, bem como, a parcelar os débitos fiscais até vinte (20) parcelas mensais, conceder dispensa de juros, multa e correção monetária dos débitos fiscais se entender relevante cada caso e desde que o pagamento se efetive à vista.

CAPITULO X
DISPOSIÇOES FINAIS

Art. 111 - Qualquer anistia ou remissão, de débito fiscal, só poderá ser concedida por Lei específica.

Art. 112 - Ao contribuinte que, no prazo de defesa estipulada no Regulamento, comparecer à Repartição competente para recolher, total ou parcialmente o débito constante do auto de infração, será concedida a redução de trinta por cento (30%) do valor da multa por infração.

Art. 113 - Os prazos fixados nesta Lei, serão contínuos e fatais, excluindo-se na sua contagem o dia do início, em dia de expediente normal, e excluindo-se o dia do vencimento.

Art. 114 - Poderá o débito ser recolhido parceladamente, acrescido de multa e correção monetária e observadas as condições seguintes:

I - Somente será concedido parceladamente em relação a débito:
a) - De exercícios anteriores;
b) - Do mesmo exercício, desde que, apurados através de auto de infração.
II - O débito a ser parcelado será acrescido de multa, juros e correção monetária.
III - O parcelamento não será superior a vinte (20) prestações mensais e sucessivas.
IV - O atraso no pagamento de duas prestações sucessivas, obriga a cobrança a execução imediata do débito restante ficando proibido outro parcelamento para o mesmo débito.
V - A concessão do parcelamento exclui a redução da multa.
VI - O parcelamento será requerido através de petição em que, o interessado reconheça a certeza e liquidez do crédito fiscal.

Parágrafo Único - Os juros moratórios resultantes da impontualidade de pagamento serão cobrados a partir do mês imediato ao do recebimento do tributo, considerando-se, como mês completo, qualquer desse período de tempo.

Art. 115 - As certidões negativas serão sempre expedidas nos termos em que tenham requeridas, e serão fornecidas, dentro do prazo de três (03) dias, da data da entrada do requerimento na Prefeitura.

Art. 116 - O recolhimento dos Tributos poderá ser feito através de Entidades Públicas ou Privadas, devidamente autotizadas pelo Titular do Orgão Fazendário da Prefeitura, após homologação pelo Prefeito Municipal.

LISTA DE SERVIÇOS

SERVIÇO DE:

01 - Médicos, dentistas e veterinários;
02 - Enfermeiros, protéticos (prótese dentária), obstetras, ortopédicos, fonoaudiológicos, psicólogos;
03 - Laboratórios ou análise clínicas e eletricidade médica;
04 - Hospitais, sanatórios, ambulatórios, prontos-socorros, bancos de sangue, casas de saúde, casas de recuperação ou repouso sob orientação médica;
05 - Advogados ou provisionados;
06 - Agentes de propriedade artística ou literária;
07 - Atentes de propriedade industrial;
08 - Peritos e avaliadores;
09 - Tradutores e intérpretes;
10 - Despachantes;
11 - Economistas;
12 - Contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em contabilidade;
13 - Organização, programação, planejamento, assessoria, processamento de dados, consultoria técnica, financeira ou administrativa (exceto os serviços de assistência técnica prestada a terceiros e concernentes a ramos de indústria ou comércio explorados pelo prestador de serviço);
14 - Datilografia, estenografia, secretaria e expediente;
15 - Administração de bens ou negócios, inclusive consórcio ou fundos mútuos para aquisição de bens (não abrangidos os serviços executados por instituições financeiras);
16 - Recrutamento, colocação ou fornecimento de mão-de-obra inclusive por empregados do prestador de serviços ou por trabalhadores avulsos por ele contratados;
17 - Engenheiros, arquitetos, urbanistas;
18 - Projetistas, calculistas, desenhistas técnicos;
19 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, de obras hidráulicas e outras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares (exceto o fornecimento de mercadorias, produzidas pelo prestador de serviços fora da prestação de serviços que ficam sujeitas ao ICM/S);
20 - Demolição, conservação e reparação de edifícios (inclusive elevadores nele instalados), estradas, pontes e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços que ficam sujeitas ao ICM/S);
21 - Limpeza de móveis;
22 - Raspagem e lustração de assoalhos;
23 - Desinfecção e higienização;
24 - Lustração de bens móveis (quando o serviço for prestado ao usuário fiscal do objeto lustrado);
25 - Barbeiros, cabelereiros, manicures, pedicures, tratamento de pele e outros serviços de salões e beleza;

Art. 117 - A Unidade Fiscal de Referência do Município, correspondente à 05 (cinco) vezes a Unidade Fiscal de Referência (UFIR).

Art. 118 - Ficam revogadas as Leis ou Normas de Isenção de Tributos Municipais, existentes até a presente data.

Art. 119 - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1o de janeiro de 1997, ficando revogadas às disposições em contrário.

GABINETE DA INTERVENTORA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSAO - TO., aos 04 dias do mês de setembro de 1996

Interventora Municipal

Patricia Rodrigues do Amaral 2º Ten. PM
Interventora Municipal

Secretário

26 - Banhos, duchas, massagens, ginásticas e congêneres;
27 - Transportes e comunicações, de natureza estritamente municipal, com embarques no Município;
28 - Diversões públicas:

a) - Teatros, cinemas, circos, auditórios, parques de diversões, taxi-dancings e congêneres;
b) - Exposições com cobrança de ingressos;
c) - Bilhares, boliches e outros jogos permitidos;
d) - Bailes,shows, festivais, recitais e congêneres;
e) - Competições esportivas ou destreza física ou intelectual, com ou sem participação de espectadores, inclusive as realizadas em auditórios de estação de rádio e televisão;
f) - Execução de música mediante transmissão por qualquer processo.

29 - Organização de festas, buffet (exceto o fornecimento de alimentos e bebidas que ficam sujeitas a ICM/S);
30 - Agências de turismo, passeios e excursões, guias de Turismo;
31 - Intermediação, inclusive corretagem de bens móveis e imóveis, exceto os serviços mencionados nos Itens 58 e 59;
32 - Agenciamento e representação de qualquer natureza, não incluidos no item anterior e nos itens 58 e 59;
33 - Análises técnicas;
34 - Organização de férias, amostras, congressos e congêneres;
35 - Propaganda e publicidade, inclusive planejamento de campanhas ou sistema de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários, divulgação de textos, desenhos e outros materiais de publicidade por meio;
36 - Armazéns gerais, armazéns frigoríficos e silos, carga e desarga, arrumação e guarda de bens, inclusive guarda-móveis e serviços correlatos;
37 - Depósito de qualquer natureza (exceto feitos em bancos ou outras instalações financeiras);
38 - Guarda e estacionamento de veículos;
39 - Hospedagem em hotéis e congêneres (o valor da alimentação quando incluido no preço da diária ou mensalidade ao imposto sobre serviços);
40 - Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, aparelhos e equipamentos (quando a revisão implicar em consertos ou substituição de peças aplica-se o disposto no item 41);
41 - Conserto e restauração de quaisquer objetos (exceto, de máquinas e aparelhos, cujo valor fica sujeito ao imposto sobre Circulação de Mercadorias);
42 - Recondicionamento de motores (o valor das peças fornecidas pelo prestador de serviços fica sujeito ao ICM/S);
43 - Pintura (exceto em serviços relacionados com imóveis) de objetos não destinados à comercialização e industrialização);

44 - Alfaiates, modistas, constureiros, prestados ao usuários final quando o material, saldo o de aviamento seja fornecido pelo usuário);
45 - Tinturaria, lavanderia;
46 - Beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, acondicionaemento e operações similares, de objetos não destinados a comercialização ou industrialização;
47 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos prestados ao usuário final do serviço, exclusivamente com material por ele fornecido (excetua-se a prestação de serviço ao poder público, a autarquias, a empresa concessionária de produção de energia elétrica);
48 - Colocação de tapetes ou cortinas com material fornecido pelo usuário final do serviço;
49 - Estudo fotográfico e cinematográfico, inclusive revelação, ampliação, cópia e reprodução, estudios de gravação de "videos-tapes" para televisão, estúdios fonográficos e de gravação de sons e ruídos, inclusive dublagem e "mixagem" sonora;
50 - Cópia de documentos e outros papéis, plantas e desenhos, por qualquer processo não incluído no item anterior;
51 - Locação de bens móveis;
52 - Composição gráfica, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia;
53 - Guarda, tratamento e adestramento de animais;
54 - Paisagismo e decoração (exceto o material fornecido para execução que fica sujeito ao ICM/S);
55 - Recauchutagem ou regeneração de pneumáticos;
56 - Agenciamento, corretagem e intermediação de câmbio e de seguros;
57 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos quaisquer (exceto os serviços executados por instituições financeiras, sociedades, distribuidoras, de títulos e valores e sociedades de corretores regulamentarmente autorizadas a funcionar);
58 - Encardenação de livros e revistas;
59 - Aerofotogrametria;
60 - Cobranças, inclusive de direitos autorais;
61 - Distribuição de filmes cinematográficos e de "videos-tepes";
62 - Distribuição e vendas de bilhetes de loterias;
63 - Empresas funerárias;
64 - Taxidermistas;
65 - Outros serviços não relacionados.

GABINETE DA INTERVENTORA MUNICIPALL DE LAGOA DA CONFUSAO - TO., aos 04 dias do mês de setembro de 1996

Patricia Rodrigues do Amaral 2º Ten. PM
Interventora Municipal